



ANA ELISA DE SOUZA GARCIA

**O LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
INCLUSIVA:
OS RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA O ENSINO-
APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA**

LAVRAS – MG
2021

ANA ELISA DE SOUZA GARCIA

**O LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA:
OS RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE
LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências do
curso de Letras/Português, para
obtenção do título de Licenciado.

Prof.^a Dra. Patrícia Vasconcelos Almeida
Orientadora

LAVRAS - MG
2021

ANA ELISA DE SOUZA GARCIA

**O LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA:
OS RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA
PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
de Lavras, como parte das exigências
do curso de Letras/Português, para
obtenção do título de Licenciado.

APROVADA em 21 de junho de 2021.

Prof.^a Dra. Patrícia Vasconcelos Almeida UFLA

Prof. Dr. Charles Nascimento Tavares IFPR

Prof.^a Dra. Walkiria França Vieira e Teixeira UESC

Prof.^a Dra. Patrícia Vasconcelos Almeida

Orientadora

LAVRAS - MG
2021

AGRADECIMENTOS

Agradecer é demonstrar gratidão, oferecer graças e reconhecer um bem feito. Sempre existem motivos para agradecer a algo ou alguém. E este trabalho é resultado final de uma trajetória de quatro anos e em que todos os momentos merecem ser retribuídos em agradecimentos.

Agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui com saúde, sabedoria e persistência para nunca desistir do ato de estudar e conhecer ainda mais o desconhecido, e assim me aventurar em mais algumas novidades. A minha família e amigos por sempre estarem ao meu lado e pelo apoio incondicional. E por que não, agradecer a mim mesma, por não desistir mesmo diante dos percalços e dificuldades do caminho e chegar ao fim com sucesso, olhar para trás e ver que tudo valeu a pena. E que o futuro é ainda de muito mais estudo na fundamental área da EDUCAÇÃO.

Agradeço aos professores, colaboradores e tutores da Universidade Federal de Lavras e a minha orientadora Prof.^a Dra. Patrícia Vasconcelos Almeida. E dedico esse trabalho a todos os profissionais que estão na educação inclusiva e aos alunos com deficiência, para que eles nunca desistam e enfrentem todos os desafios para assim tornar a escola um ambiente inclusivo.

Por fim, e aos meus bravos e corajosos colegas da turma 2017 do Polo de Cambuí que juntos, firmes e fortes (um pouco presencial, mas sempre on-line) me ajudaram a concluir um sonho: a licenciatura em Letras – Português. Obrigada

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar como as tecnologias assistivas podem ser uma possibilidade de ensino-aprendizagem na educação especial inclusiva em Língua Portuguesa. Essa análise se justifica a partir da evolução tecnológica, na qual sua implicação é processo de mobilização de estratégias de aprendizagem, propiciando evolução na aprendizagem, inclusão escolar e autonomia aos alunos com deficiência. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, a fim de dar respaldo sobre o letramento e a educação inclusiva com base nas pesquisas de Coscarelli e Ribeiro (2011), Faria (2019), Soares (2020) e Viana e Gomes (2017) e também por meio das legislações vigentes do Brasil acerca da educação inclusiva. A pesquisa exploratória também foi feita com a análise de três dissertações de mestrado que visam investigar como os recursos são aplicados na educação especial e o papel dos professores no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. Os resultados das análises levaram a entender que os recursos disponíveis são indiscutíveis na abrangência da possibilidade de ensino, todavia torna-se necessário rever as finalidades e representações para uma proposição na prática que atenda às necessidades e aos objetivos da comunidade escolar. Nesta perspectiva, a educação especial inclusiva com uso de recursos tecnológicos para um ensino-aprendizagem eficaz necessita de uma estruturação no que tange o currículo escolar, um estudo individualizado do aluno e principalmente de uma formação e capacitação continuada dos professores que atuam nesta área.

Palavras-chave: Letramento. Educação Especial. Tecnologia Assistiva.

ABSTRACT

This article aims to analyze how assistive technologies can be a teaching-learning possibility in inclusive special education in Portuguese. This analysis is justified from the technological evolution, in which its implication is the process of mobilizing learning strategies, providing evolution in learning, school inclusion and autonomy for students with disabilities. The methodology used was the literature review, in order to support literacy and inclusive education based on research by Coscarelli and Ribeiro (2011), Faria (2019), Soares (2020) and Viana and Gomes (2017) and also through Brazilian current legislation on inclusive education. The exploratory research was also carried out with the analysis of three master's dissertations that aim to investigate how resources are applied in special education and the role of teachers in the teaching-learning process of Portuguese Language. The results of the analyzes led to the understanding that the available resources are indisputable in the scope of the possibility of teaching, however, it becomes necessary to review the purposes and representations for a practical proposition that meets the needs and objectives of the school community. In this perspective, inclusive special education with the use of technological resources for effective teaching-learning needs a structuring with regard to the school curriculum, an individualized study of the student and, mainly, a continuing education and training of teachers who work in this area.

Keywords: Literacy. Special education. Assistive Technology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DO LETRAMENTO PARA O LETRAMENTO DIGITAL.....	10
3. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	14
4. RECURSOS DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	18
5. METODOLOGIA	20
5.1. Corpus de análise	21
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	23
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
ANEXO A - Utilização dos recursos de Tecnologia Assistiva e dificuldades durante o uso	34
ANEXO B - Exemplos de atividade desenvolvida nas Salas de Recursos Multifuncionais	37

1. INTRODUÇÃO

O interesse da temática deste trabalho iniciou-se muito antes mesmo do início do presente curso. O contato com pessoas com deficiência sempre esteve comigo ao longo da vida e ficaram mais fortes durante os quatro anos da minha primeira graduação, em comunicação social – jornalismo ao escrever matérias e participar de projeto de extensão em instituições que trabalham as pessoas com deficiência. Educacionalmente, meu contato ficou mais próximo e então o curso de letras me possibilitou algo incrível: participar e acompanhar do processo de ensino-aprendizagem de pessoas com diversas deficiências.

No estágio supervisionado em uma escola privada de Pouso Alegre durante um ano, tive a honra de acompanhar professores em sala regular que tinham aluno com déficit de atenção, autismo e Síndrome de Down. Assim, como diz o jargão brasileiro foi “unir o útil ao agradável”. Minhas experiências e meus conhecimentos foram ampliados, principalmente após concluir um curso de extensão no assunto, e assim o tema que então sempre me chamou atenção tornou-se algo em que quero me capacitar e trabalhar.

O presente trabalho tomou forma muito com base nas minhas experiências e pelo interesse em aprofundar conhecimentos na educação inclusiva. Posso dizer que eu não escolhi o tema, o tema me escolheu e assim minha trajetória pessoal, estudantil, profissional e de futura professora se entrelaçaram nesta pesquisa.

E no processo de educacional de Língua Portuguesa, o letramento do aluno é fundamental para o desenvolvimento da leitura e da escrita dentro da alfabetização, seja na educação regular ou na inclusiva. O letramento designa a capacidade e competência que o sujeito adquire a partir de uma função social da leitura e da escrita. Diz respeito a um contexto mais amplo, além da aprendizagem das letras e símbolos escritos, mas referindo-se a compreensão, interpretação e uso da língua nas práticas sociais.

A evolução tecnológica fez com que os contextos sociais e a forma de comunicar se modificassem o que fez com que os indivíduos se adaptassem aos meios tecnológicos, que demandam, a cada dia, mais conhecimento sobre o uso e função de cada aparelho, plataforma e software. Assim, a capacidade de interpretar as situações de escrita e leitura dentro de um conjunto de linguagem que abrange mais que palavras e que envolve também códigos verbais e não verbais, som, imagens e símbolos, pode ser denominado de letramento digital. O letramento por meio das tecnologias de informação

e comunicação implica em mudanças de paradigma nas práticas sociais cotidianas, quando surgem novas maneiras de interagir, expressar e pesquisar, e que influenciam na maneira como o conhecimento é construído e distribuído.

Esse conhecimento tecnológico e a habilidade para desempenhar as tarefas com os recursos digitais estão inseridos dentro do contexto escolar e também no ensino de Língua Portuguesa. De acordo com Reiff e Ribeiro (2020), o letramento digital não é apenas agregar a tecnologia para dentro da sala de aula, o conceito envolve a inclusão de novas práticas digitais nas atividades pedagógicas, a formação de professores e uma visão crítica dessas ferramentas para um uso apropriado.

E a partir deste entendimento, acredita-se que a utilização dos recursos tecnológicos digitais aplicados ao ensino da Língua Portuguesa na educação especial no âmbito da educação inclusiva, com alunos com deficiência, pode ser visto como fundamental para o processo de aprendizagem, inclusão e desenvolvimento.

Ao falar sobre educação especial é necessário abordar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, um documento do MEC, que desde 2008 tem por objetivo garantir o acesso à educação regular e outros direitos das pessoas com deficiência

Assim, as tecnologias digitais, como ferramenta de ensino da Língua Portuguesa, se desenvolvem dentro do digital e do inclusivo com estratégias e criação de novas alternativas para leitura, escrita, comunicação e linguagem das pessoas com deficiência e podem auxiliar alunos e professores no processo de ensino-aprendizagem na língua.

Dentro deste cenário de crescente discussão sobre a educação inclusiva no Brasil e também abordando o Letramento Digital, o artigo orienta-se a apresentar com base em três teses, defendidas entre os anos de 2017 a 2020, como a tecnologia assistiva tem sido utilizada como recurso que objetiva a promover a aprendizagem, funcionalidade, autonomia e qualidade, e paralelamente auxiliando na inclusão dos alunos com deficiência em classe regular.

Portanto, diante desse importante cenário, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar como as tecnologias podem ser uma possibilidade de ensino-aprendizagem na educação especial inclusiva em Língua Portuguesa. Essa reflexão se justifica a partir da evolução tecnológica, na qual sua implicação é processo de mobilização de estratégias de aprendizagem, propiciando evolução na aprendizagem, inclusão escolar e autonomia aos alunos com deficiência.

Listar alguns recursos tecnológicos de aprendizagem utilizados na educação especial no processo de letramentos dos alunos no AEE – Atendimento Educacional Especializado e problematizar a aplicabilidade em sala de aula de recursos multifuncionais para ensino da Língua Portuguesa para alunos com deficiência são os objetivos específicos do presente artigo.

Sendo assim, com vista a atingir os objetivos propostos, este trabalho utiliza como metodologia a revisão bibliográfica sobre letramento e letramento digital e sobre a educação especial no âmbito na educação inclusiva através das legislações e com base nas pesquisas de Coscarelli e Ribeiro (2011), Faria (2019), Soares (2020) e Viana e Gomes (2017). Para o processo de seleção do corpus de análise para a construção do trabalho, a metodologia aplicada foi pesquisa exploratória de três dissertações para proporcionar mais informações sobre o assunto investigado: os recursos da tecnologia assistiva no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

O artigo está organizado em sete sessões nas quais na primeira e segunda são contextualizados e discutidos os conceitos acerca do letramento e letramento digital e sobre a metodologia pedagógica da educação especial inclusiva. Seguindo, o trabalho traz a abordagem do uso da tecnologia assistiva no ensino das pessoas como deficiência como possibilidade estratégica em Língua Portuguesa e também apresenta o processo estrutural da pesquisa do artigo. Na sessão quarta, desenvolvo sobre a metodologia e na sequência são apresentados o corpus de trabalho, as análises das dissertações e a discussão com base nos objetivos delimitados. As considerações finais e bibliografia utilizada compõem as sessões finais.

2. DO LETRAMENTO PARA O LETRAMENTO DIGITAL

O indivíduo letrado utiliza a escrita e a leitura nos mais variados contextos, interpreta, compreende e organiza discursos e reflexões. No cotidiano, somos a todo o momento postos ao domínio dessas práticas a fim de comunicarmos dentro de um contexto mais amplo, onde acontece a decodificação e interpretação de linguagem escrita e verbal, estendendo a compreensão de mundo.

Assim, segundo Scliar-Cabral (1998), letramento é o uso funcional de sistemas convencionais que permitem a compreensão e a produção de textos escritos verbalmente codificados e dependentes da língua oral. Conforme a concepção de letramento de Scliar-Cabral se pode depreender que para tornar-se letrado na atual sociedade não

somente o indivíduo deve ser capaz de compreender os textos que circulam no dia-a-dia, mas também ser capaz de se comunicar através da escrita.

Nessa perspectiva, letramento é estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da leitura e da escrita. Soares (2003) fala sobre a origem da palavra:

As palavras letramento e letrar não aparecem em dicionários atuais, aparecendo apenas em um dicionário do século passado, sendo, portanto, caracterizadas como antigas. O termo atual da palavra letramento proveio da palavra *literacy* da língua inglesa. *Literacy* vem do latim *littera* que quer dizer letra, mais o sufixo *cy* que denota qualidade, condição, estado, fato de ser. Portanto *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever. Estão subentendido que a escrita traz consequências sociais, culturais políticas, econômicas, cognitivas e linguísticas. (SOARES, 2003)

O letramento tão importante dentro dos diversos contextos sociais, sua utilização e organização dentro da prática escolar objetiva aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa e dos demais códigos, além de contribuir para uma reflexão sobre a prática educativa do Brasil. Todavia, o uso do termo letramento muito se confunde com o processo de alfabetização, mas apesar de ambos serem processos distintos, são inseparáveis porque a alfabetização é um componente do letramento.

A alfabetização é um processo de aprendizagem com conjunto de técnicas, procedimentos e habilidades necessárias para ler e escrever com o aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação. Já o letramento, conforme define Macedo (2020), é a ampliação desse conceito de alfabetização, no qual letrado é aquele que usa a leitura e escrita nas práticas sociais, tem habilidades, domínio e capacidade de usar, com interpretação e capacidade de amplo entendimento.

Assim, um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado. Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; letrado é aquele que sabe ler e escrever, mas que responde adequadamente às demandas sociais da leitura e da escrita. Alfabetizar letrando é ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, assim o educando deve ser alfabetizado e letrado. Sendo assim, ambas são parte uma da outras porque o indivíduo deve ser ensinado a ler e escrever, mas não apenas que decodifique e codifique as palavras, mas entenda o que lê para compreender os usos sociais da escrita.

Sobre as habilidades do letramento, Soares (2020) afirma que:

É o desenvolvimento das habilidades que possibilitam ler e escrever de forma adequada e eficiente, nas diversas situações pessoais, sociais

e escolares em que precisamos ou queremos ler ou escrever diferentes gêneros e tipos de textos, em diferentes suportes, para diferentes objetivos, em interação com diferentes interlocutores, para diferentes funções. (SOARES, 2020)

Conforme destaca Soares (2003), o letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. Envolve leitura, que é um conjunto de habilidades, de comportamentos e conhecimentos. Escrever, também é um conjunto de habilidades e de comportamentos, de conhecimentos que compõem o processo de produção do conhecimento.

No que tange o letramento em sala de aula no ensino de Língua Portuguesa, compreende-se que construção das habilidades de leitura, escrita e oralidade talvez seja o principal objetivo a ser alcançado pelo trabalho escolar. Mas do que ensinar o conceito de letramento, como visto, amplia a prática docente a fim de fortalecer a interpretação do aluno sobre texto, ser uma estratégia para a formação do cidadão crítico e argumentativo e criar uma linha de pensamento e raciocínio do que é ensinado para um cruzamento harmônico entre as modalidades de linguagem, oral e escrita, dentro do contexto social. E o letramento surge como uma estratégia eficaz dentro desse processo de educação linguística escolar, uma vez que através da intensa prática de leitura, escrita e oralidade, o aluno passa a reproduzir, de modo contextualizado, atividades linguísticas de seu cotidiano.

Nessa perspectiva, há diferentes tipos e níveis de letramento, dependendo das necessidades, das demandas, do indivíduo, do seu meio, do contexto social e cultural. Assim, as tecnologias digitais, na perspectiva da educação e do ensino-aprendizagem, também alteraram as capacidades de leitura, escrita e produção de texto e oferta infinitas possibilidades de comunicação e de organizar, distribuir e veicular conhecimento em ambientes digitais.

O processo de virtualização da sociedade da informação faz com que novos meios sejam criados buscando a flexibilidade da informação digital, o aprimoramento de serviços, a diversidade e integração. Assim, segundo Coscarelli e Ribeiro (2011, p. 9), o letramento digital pode ser entendido como a “ampliação do leque de possibilidade de contato com a escrita também em ambiente digital (tanto para ler quanto para escrever)”.

Em estudos e discussões sobre o letramento digital, o termo é definido de duas maneiras resumidamente: como as práticas de leitura e escrita em artefatos tecnológicos ou como as competências para o uso das tecnologias. De acordo com Mey (1998), o letramento digital é muito mais do que saber ler e escrever ou navegar na internet, mas sim, saber utilizar os diferentes recursos para utilizá-los no cotidiano, promovendo a constante construção do conhecimento.

Portanto, o letramento digital constitui uma visão mais abrangente para o processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, o qual é mediado por dispositivos eletrônicos, o indivíduo letrado digitalmente amplia a capacidade comunicacional, faz buscas mais eficientes, desenvolve o senso crítico e autonomia na construção do seu conhecimento no sistema educacional e domina as técnicas e habilidades para acessar, interagir, processar e desenvolver multiplicidade de competências nas mais variadas mídias.

Ainda na área de competências, o manejo das novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa está descrito como sendo um dos principais para o trabalho pedagógico. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na área de Linguagens e suas tecnologias, descreve em suas competências e habilidades que o ensino demanda do Letramento Digital por parte dos sujeitos envolvidos. Segundo Hissa, Silva e Valentin (2019), das 7 competências descritas no documento, duas delas (competência 1 e 7) abordam preceitos do letramento digital de maneira crítica e dialogando com as metodologias, com uma formação ampla nas práticas sociais em diferentes linguagens

Portanto, dentro do processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, as tecnologias digitais se apresentam como ferramentas indispensáveis na reflexão e uso da língua, como nova prática de linguagem em diferentes contextos.

Vale lembrar que o letramento e alfabetização são práticas que necessitam ser trabalhados de maneira conjunta, sendo esses vistos como exercício da cidadania, ainda mais se utilizando de ferramentas digitais, fato esse que amplia ainda mais a visão dos alunos. E quando se fala em educação dos alunos com deficiência tem-se, “a inclusão escolar enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios, nem urgências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e permanência com sucesso de todos os alunos”. (MEC, 2006, p 15)

A escola inclusiva entende a aprendizagem não de maneira estagnada, mas dinâmica, onde se pode chegar a uma mesma aprendizagem de maneiras diversas e que todos os seres têm potencialidade de aprender algo. Os recursos tecnológicos de aprendizagem da Língua Portuguesa ampliaram muito o modo de ensinar a língua aos alunos com as mais diferentes formas de deficiência, dando a eles autonomia, habilidades e o direito de estar presente em uma escola regular e utilizar dos recursos extras, de um ensino especial inclusivo, mesmo diante dos desafios.

Sendo assim, justifica-se a importância de apresentar um panorama da educação especial na perspectiva de educação inclusiva, como foco no Brasil. No cenário educacional da educação inclusiva, o presente artigo destacou algumas legislações que ampliaram os direitos dos sujeitos e fornecem diretrizes para um ensino eficaz de Língua Portuguesa aos alunos com deficiência.

3. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De forma objetiva, na educação especial o ensino é totalmente voltado para alunos com deficiência e são desenvolvidas as habilidades de pessoas com deficiência, que tenham condutas típicas ou altas habilidades, e que abrangem os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Já na educação inclusiva, o processo educativo é social, e todas as crianças com deficiência ou dificuldades de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. Ou seja, uma modalidade de ensino para todos que reconhece e valoriza as diferenças.

No Brasil existem decretos, portarias, resoluções, notas técnicas e leis que dispõem sobre o assunto, que refletem a evolução e/ou retrocesso na discussão de inclusão das diversidades e sua equidade social. O presente trabalho trouxe apenas um recorte da vasta bibliografia jurídica que versa sobre a temática porque os considera base para a criação de outras políticas e novas diretrizes educacionais para as pessoas com deficiência.

Segundo Faria (2019) o número de matrículas na Educação Especial apresentou aumento de 216% entre 1998 e 2017, ou seja, esse quantitativo cresceu de 337, em 1998, para mais de 1 milhão em 2017. Entretanto, estima-se que o percentual de crianças e jovem que se enquadram dentro do público-alvo da educação especial seja, no mínimo, seis vezes maior. Ainda é alarmante o número de evasão da educação

especial que está entre 5% a 6%, por isso, a importância de trabalhar as falhas no sistema e políticas com estratégias para a inclusão.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p. 5), “o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação”.

A educação inclusiva é hoje um dos debates mais presentes na educação do país. Nunca antes foi tão discutido o princípio constitucional de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, implicando a necessidade de reverter os velhos conceitos de normalidade e padrões de aprendizagem, bem como afirmar novos valores na escola que contemplem a cidadania, o acesso universal e a garantia do direito de todas as crianças, jovens e adultos de participação nos diferentes espaços da estrutura social (DUTRA, 2006).

Assim, no Brasil, as pessoas com deficiências, ao longo dos últimos anos têm tido avanços legais em relação à acessibilidade, participações sociais, no mercado de trabalho, na valorização em todos os âmbitos, na quebra de preconceitos como pessoas incapazes e principalmente no âmbito educacional com legislações específicas que garantem acesso a uma educação de qualidade e com equidade. Todavia as pessoas com deficiências lutam constantemente por tirarem da teoria seus direitos e colocarem a valer na prática em todos os contextos, sejam eles sociais, econômicos, políticos, culturais e educacionais. Dentro do sistema de ensino há dificuldades, paradigmas e preconceitos em como receber o aluno com deficiência e incluí-lo dentro do processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa.

Historicamente, o atendimento das pessoas com deficiência organizou-se de forma paralela ao ensino regular, como em instituições especializadas como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, Instituto Pestalozzi em 1926 e as APAE (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) em 1945. A maior parte dos serviços e recursos de educação especial organizou-se em modelos segregados, ou seja, de forma a substituir a educação regular.

O cenário da educação especial ganhou novos olhares e conquistas aos quais estão descritos em documentos norteadores, dentre eles está um marco mundial da inclusão escolar, a Declaração de Salamanca (UNESCO). O documento elaborado em 1994 tem objetivo de fornecer diretrizes e discussões básicas para a formulação de

reformas políticas e sistemas educacionais que preconizam o movimento inclusivo e reforça o direito a uma pedagogia centrada no educando.

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (UNESCO, 1994)

Sendo assim, processo de inclusão inclusivo deve ser feito em todos os níveis, da matrícula, planejamento até a sala de aula regular, para que desta forma haja a eliminação das barreiras, a promoção da acessibilidade, e não separação dos alunos.

O direito de toda a educação sem preconceitos de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas está estabelecida na Constituição Federal de 1988 em seus artigos 3º e 205º, bem como a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, presente no artigo nº 208 (BRASIL, 1988). Já a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), instituída pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 além de sancionar as liberdades fundamentais da pessoa com deficiência visando sempre a inclusão e cidadania, em seu capítulo IV assegura o direito à participação no sistema educacional inclusivo com o dever de toda sociedade em fazer valer, dentre os quais:

(...)III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; (...) VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva; (...)VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva (Lei nº 13.146, 2015).

Incluir não é somente matricular o aluno em uma escola, é preciso refletir e planejar o como, o quando, o porquê e por quais caminhos será a trajetória desta pessoa com deficiência dentro da escola. Por isso, é necessário ter ferramentas e conhecimento para o acolhimento. E por meio dos documentos norteadores no Brasil, reitera-se a educação especial como um campo e conhecimento que deve atuar na perspectiva inclusiva. A educação especial passa a integrar e complementar a proposta de ensino

regular com objetivo de atender as necessidades educacionais dos alunos com deficiência. Eles auxiliam e dão suporte tanto para escola quanto para o aluno no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

Em um processo educacional que busca integrar o plano pedagógico e ao mesmo tempo atender de forma individualizada as necessidades dos alunos, o Decreto N° 7.611/2011 dispõe sobre a garantia da transversalidade das ações em educação especial dentro do ensino no regular, assim como promover o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

A disciplina de Língua Portuguesa auxilia os educandos na organização de ideias e pensamentos, sendo essencial para o processo de alfabetização e comunicação de estudantes com deficiência. Portanto conhecer os preceitos da educação inclusiva, por meio de legislações, é o caminho para efetivação dessas normas para que a inclusão escolar das pessoas com deficiência seja um processo de equidade dentro da comunidade escolar. E para garantir que esse aprendizado inclua todos, é preciso que educadores reconheçam e valorizem a diversidade com ferramentas sensorial ou até mesmo linguística e apliquem materiais pedagógicos.

Sendo assim, no paradigma educacional das pessoas com deficiência, três termos são muito utilizados tanto na teoria quanto na prática, são eles: atendimento educacional especializado (AEE), sala de recursos multifuncionais (SRM) e tecnologia assistiva (TA). O presente trabalho, sucintamente apresentará definições dos termos a fim de alcançar os objetivos da pesquisa.

O AEE, que foi instituído por meio da Resolução CNE/CEB n.º 4/2009, que reafirma o caráter da educação especial como ação complementar ou suplementar e não mais substitutiva à escolarização no ensino comum, como ocorria em classes e escolas especiais. O AEE é estabelecido nas formas de atendimento em salas de recursos multifuncionais ou em centros de atendimento educacional especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (Resolução CNE/CEB n.º 4, 2009).

Faria (2019) traz uma importante reflexão sobre a efetividade das ações realizada no AEE, porém com o auxílio extraescolar e participativo.

O AEE integra a proposta política-pedagógica da escola, envolve a participação da família, para garantir pleno acesso e participação dos estudantes e deve ser realizada em articulação com as demais políticas públicas. A equipe da escola deve trabalhar articuladamente com os

profissionais da saúde, da assistência social e das outras áreas afins, para atender toda a diversidade de seu alunado. (FARIA, 2019, p. 49)

Como citado anteriormente, os alunos identificados como público-alvo da educação especial são atendidos pelo AEE nas SRM. Conforme legislação, as mesmas foram instituídas pela Portaria nº 13, de 24 de abril de 2007 e são espaços localizados em escolas de educação básica e contam com equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos capazes de potencializar o processo de escolarização desses estudantes.

E para desenvolver as técnicas e habilidades, a TA ou ajuda técnica são utilizadas no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa das pessoas com deficiências. Segundo a Lei da Inclusão, a TA são produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015).

No Brasil, como mencionado, existe um apoio e um suporte legal, para o desenvolvimento de uma práxis relevante ao desenvolvimento educacional do aluno com deficiência, mas que ainda há limitadores e desafios para efetivar com sucesso, qualidade e equidade. Dentro desse paradigma, a evolução dos recursos tecnológicos digitais da informação e comunicação trazem um suporte no desenvolvimento cognitivo, sensorial e expressivo dos alunos com deficiência dentro do processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa.

Sendo assim, o processo de transformação e socialização das pessoas com deficiência em todos os âmbitos parece ser inquestionável. Na educação, os recursos tecnológicos podem vir a ser a ferramenta que auxilia ainda mais no processo de ensino-aprendizagem e no letramento de Língua Portuguesa das pessoas com deficiência, por essa razão a seção a seguir apresenta algumas possibilidades no letramento dentro das salas de recursos funcionais.

4. RECURSOS DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As metodologias e estratégias no processo educativo são fundamentais, mas, também, é necessário entender sobre a infraestrutura da educação especial para o ensino da Língua Portuguesa e a integração do uso das tecnologias na mediação da aprendizagem, ou seja, as tecnologias digitais como forma auxiliar e facilitadora de ensino-aprendizagem.

Na era digital, vive-se numa sociedade em rede que testemunha evoluções e revoluções tecnológicas, sociais e políticas que influenciam diretamente a vida individual e coletiva das tarefas mais simples às mais complexas. A tecnologia permite converter as várias linguagens, imagem, som ou texto em conteúdo digital, as quais são lidas por dispositivos variados, que se podem chamar, genericamente, de computadores (RIBEIRO, 2020).

De acordo com Faria (2019), na educação especial inclusiva as tecnologias são sempre a favor do processo educativo e na busca contínua de construção e transformação do conhecimento, pois ofertam um potencial para inovação educativa e criam possibilidades para auxiliar praticas de ensino.

E no processo de inclusão das pessoas com deficiências nas escolas, os recursos tecnológicos incorporam e possibilitam o favorecimento do aprendizado e do letramento. O impacto da inserção e do avanço tecnológico interfere diretamente nas relações dos indivíduos consigo mesmos, com os outros, com a sociedade, levando consigo as mais diversas interpretações sociais, culturais e tecnológicas sobre esses novos recursos e seu uso (BELLONI, 2009).

Alinhado a isso, Faria (2019, p. 59) reflete sobre a função socializadora da educação escolar e descreve o quando ela é fundamental.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (VIANA; GOMES, 2017, p. 9).

E assim, existem tecnologias pensadas e criadas somente para fins educacionais, tais como as TA mencionadas, os objetos de aprendizagem, os jogos educacionais digitais e tantos outros. Todavia, ainda há um paradigma educacional frente a prática da tecnopedagogia que se relaciona ao uso na prática das TA pelos professores em sala de aula, em que Faria destaca que a maioria continua sendo utilizada “como auxiliares no processo educativo, não são nem objeto, nem a substância, nem a sua finalidade”

(KENSKI, 2012, p. 44-45). São recursos didáticos auxiliares ao processo de ensino, estando distantes de serem empregados em sua totalidade e possibilidades para uma melhor educação. (FARIA, 2019, p. 127).

5. METODOLOGIA

Com o objetivo de apresentar como as tecnologias podem ser uma possibilidade de ensino-aprendizagem na educação especial inclusiva em Língua Portuguesa, o corpus de análise do artigo se apresenta baseado em três dissertações da área da educação voltadas para educação especial, inclusiva, tecnologia assistiva, recursos digitais, aprendizagem e formação de professores. Essa apresentação se justifica a partir da evolução tecnológica, na qual sua implicação é processo de mobilização de estratégias de aprendizagem, propiciando evolução na aprendizagem, inclusão escolar e autonomia aos alunos com deficiência.

Sendo assim, o método de pesquisa utilizado no presente artigo é o bibliográfico, que se entende pela a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo, sites da Internet entre outras fontes.

Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266),

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Para a construção do objeto da análise, este trabalho foi fundamentado em dissertações de Mestrado. E durante o processo de seleção do corpus de análise para a construção do trabalho, a metodologia utilizada também foi a da pesquisa exploratória para proporcionar mais informações sobre o assunto investigado.

5.1. Corpus de análise

Com a temática já definida para estudo, educação especial na perspectiva da educação inclusiva e os recursos tecnológicos no auxílio na educação, a busca por teses e/ou dissertações iniciou-se em sites de banco de trabalhos, repositórios e bibliotecas digitais de faculdades e universidades públicas e privadas de todo o Brasil, no Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE), além das principais plataformas como Capes, Scielo e Sucupira.

As buscas foram feitas, por meio de filtros, pelos termos “educação especial”, “tecnologia assistiva”, “sala de recursos” e “letramento digital na educação inclusiva”. Um dos principais critérios utilizados foi a data de publicação dos trabalhos, tendo em vista que a temática visa os recursos tecnológicos na educação, um contexto que constantemente está em evolução, mudança e discussão, portanto, os trabalhos escolhidos estão datados de 2017, 2018 e 2019. Sendo assim, as três dissertações que embasaram o estudo deste artigo foram encontradas no Repositório da Universidade Federal de Lavras (UFLA), no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Plataforma Sucupira.

A escolha dos trabalhos como corpus de análise justifica-se, pois, dentre os tantos outros encontrados na pesquisa exploratória inicial, decidiu-se por essas, pois estão mais alinhadas e por tangenciarem, segundo informações dos resumos, questões referentes a aquelas que buscamos para as respostas aos objetivos da presente pesquisa. Além da possibilidade de trabalhar com pesquisas realizadas recentemente em diferentes regiões do país e com públicos distintos dentro da educação especial, o que amplia o campo de análise e discussão.

Sendo assim, em sequência serão apresentadas informações das dissertações, com base nos resumo e introdução das mesmas.

A mestra em Educação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) Arlete Vilela de Faria em sua dissertação, datada de 2019, “Educação especial inclusiva: uso de recursos educacionais digitais nas salas multifuncionais” apresenta uma pesquisa qualitativa realizada com professores que objetiva investigar a aplicação dos recursos educacionais digitais com alunos com deficiência em escolas públicas do Sul de Minas no atendimento educacional especializado e sua eficiência do processo de ensino. A amostra da pesquisa se deu com 70 professores atuantes em SRM em escolas estaduais em 29 cidades por meio de questionário e uma entrevista semiestruturada. Com base

nos dados coletados, Faria (2019) traça, além do perfil do profissional da educação, um perfil sobre os alunos com deficiência, o tipo de atendimento oferecido na educação especial e planejamento escolar, ou seja, um panorama estratégico dos envolvidos do processo. Diante deste cenário pesquisado, a autora assinala a falta de diagnóstico dos alunos atendidos pela SRM, formação dos professores, tanto inicial quanto continuada e os conhecimentos no uso nos recursos digitais. Portanto, os resultados da dissertação levaram a inferir que existe a necessidade de se estabelecer maior relação entre o currículo, os recursos tecnológicos, as demandas e peculiaridades dos alunos e a mediação pedagógica do professor.

A dissertação, datada de 2017, a “Formação de professores atuantes em salas de recursos: identificação e uso de tecnologia assistiva” é de autoria de Isabela Bagliotti Santos para mestrado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Em um cenário no qual o público-alvo da educação especial frequenta o período regular e em outro período as SRM, segundo a autora, o ensino deve ser apresentado cada vez atraente e facilitador, com o uso da TA. Então, o trabalho objetiva verificar a formação dos professores de salas de recursos de tecnologias assistiva e também como estão utilizando esses recursos durante as aulas. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa com 12 professores atuantes nas salas de recursos em uma região do interior do Estado de São Paulo por meio de entrevista semiestruturada e *check-list* para verificar quais os recursos utilizados. Os resultados mostram que embora muitos tenham relatado acesso a TA durante a graduação, o uso na prática não foi efetivo, o que causa prejuízo no entendimento dos recursos. Outro ponto é a quantidade de recursos e equipamentos presentes, mostrando que muitos utilizados dentro do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência são repetidos, o que acaba não sendo eficaz no processo educacional.

“O uso de tecnologias assistivas no processo de inclusão escolar: os professores e a escola” é a dissertação do autor Régis Nepomuceno Peixoto para o mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2018. O estudo analisa o uso de tecnologias assistivas como recurso de educação inclusiva para crianças com deficiências. Com o objetivo de perceber o conhecimento junto às tecnologias e a visão sobre a utilização, tal pesquisa responde a seguinte questão: As professoras de educação inclusiva conhecem e utilizam o potencial que a tecnologia assistiva tem como recurso educacional para crianças com deficiência? Peixoto utiliza a metodologia de revisão de literatura, aplicação de questionário e análise de dados. Para delimitação da população,

foi feita uma análise estatística do número de escolas e crianças incluídas no ensino regular, do primeiro ao quinto ano, priorizando escolas que possuem salas de recursos, na cidade de Chapecó/SC. Após a análise de dados do questionário de pesquisa, observou-se que, grande parte das docentes reconhece a importância do uso de tecnologias, mas encontra dificuldades para usá-las, em virtude da falta de capacitação para tal ou de falta dos instrumentos, como *tablets* e *smartphones* destinados, especificamente, para uso na escola. Portanto, o estudo também amplia a discussão da importância do uso das tecnologias em sala de aula, especialmente, para facilitar o processo de inclusão de crianças com deficiência no ensino regular.

Após essa resumida apresentação do corpus, na seção a seguir será retomada brevemente no embasamento teórico deste trabalho sobre letramento, letramento digital e educação especial na perspectiva da inclusão para que, juntamente com o estudo das três dissertações, seja feita uma análise que objetiva apresentar como as tecnologias podem ser uma possibilidade de ensino-aprendizagem em Língua Portuguesa.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Inclusão significa incluir, fazer parte, inserir, introduzir, tornar as pessoas participantes da vida econômica, política e social, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da sociedade, do Estado e do poder público. A educação inclusiva deve acolher todas as pessoas, sem exceção.

Com essa definição como diretriz para as considerações a serem postas, este tópico é responsável pela análise das três dissertações de Mestrado, das quais foram retirados fragmentos que possuem relação com os termos educação especial, tecnologia assistiva e letramento digital com a finalidade de responder ao objetivo desta pesquisa de apresentar como as tecnologias podem ser uma possibilidade de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa na educação especial inclusiva.

A pesquisa de Santos (2017) fundamentou-se na investigação do conhecimento e da formação dos professores ao lecionar na educação especial e na aplicação da tecnologia assistiva dentro das SRM. Parte-se então do saber e da utilização e implementação na prática dos recursos durante as aulas, o que está diretamente ligado com a possibilidade de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa. Outro ponto a ser destacado na dissertação “Formação de professores atuantes em sala de recursos: identificação e uso de tecnologia assistiva” foram as atividades que os professores

desenvolviam com seus alunos utilizando TA. A partir desse uso, a autora justifica que o processo de ensino-aprendizagem torna-se mais atraente e facilitador com um conteúdo apresentado de forma diferente aos alunos com deficiência.

A dissertação mostra, por meio de um *check list*, que a TA está disponível nas SRM tais como: *boardmaker*, impressora braile, *softwares* diversos, *tablets* e outros. Mas traz um importante questionamento que é a real utilização desses recursos dentro do ensino e as dificuldades. A autora apresenta (ANEXO A desse artigo) resposta dos 12 professores sobre a utilização dos recursos de tecnologia assistiva e dificuldades durante o uso. Em síntese, as respostas são variadas, os professores se mostram interessados em utilizar recursos, outros não fazem uso e outros já destacam como facilitam o trabalho do ensino, como um diferencial. Sobretudo, a autora levanta o questionamento sobre a confusão por parte de alguns professores entrevistados no que tange os recursos utilizados, porque o que para eles é considerado TA, em sua fundação são apenas que recursos pedagógicos.

A pesquisa relata ainda que para o ensino-aprendizagem, os recursos tecnológicos se destacam para habilidades das pessoas com deficiências para desenvolvimento motor, sensorial, cognitivo e comunicativo dentro do ensino da Língua Portuguesa. A dissertação cita exemplos de atividades (ANEXO B desse artigo) que os professores aplicam em sala de aula e que possibilitam o ensino e aprendizagem na SRM. Os resultados da dissertação em análise apresentam que as tecnologias podem ser um recurso dentro do processo de ensino especial, em situações tais como: o uso de computadores para ensino do alfabeto (palavras, frases) e desenvolvimento de leitura, utilização das redes sociais para trabalhar o diálogo, jogos digitais e softwares para desenvolvimento da linguagem e escrita de palavras.

Em sua pesquisam, Santos levanta uma problemática sobre a falta de formação adequada e continuada dos professores que atuam na educação inclusiva e especificadamente nas SRM. Com dados coletados, as salas pesquisadas estão com infraestrutura e recursos a fim de oferecer ao aluno uma completa educação, porém falta subsídio teórico-prático para os profissionais para utilizar a ampla gama de recursos com sabedoria e otimização no ensino da Língua Portuguesa, e assim sair do trivial e convencional dentro dos recursos pedagógicos, tais como lápis e papel. Assim segundo a autora, ambos estão diretamente interligados, sendo assim, uma formação de qualidade garantiria aos professores um bom uso da tecnologia presente na sala de recursos.

Na dissertação Peixoto (2018) relata, por meio do delineamento qualitativo de estudo de caso, o uso, por professores, de recursos tecnológicos no processo de inclusão escolar de crianças com deficiência, propondo estratégias para o uso dos recursos tecnológicos para a inclusão escolar.

Dentro da perspectiva social, o autor aponta que o desafio da inclusão escolar é apenas um fragmento de um movimento mundial de inclusão, ou seja, um movimento não somente educacional. Assim, a presente discussão tem contribuição para significação de realidade e para aprimoramento do trabalho para situação da educação especial inclusiva.

Todavia, os resultados apresentados corroboram os achados na literatura atual, (KENSKI, 2012; BELLONI, 2009) que apontam que mesmo que explicitamente os professores mostrem-se como sendo a favor do uso de tecnologia em sala de aula, em sua maioria, ainda demonstram, implicitamente, resistência para seu uso. Especificamente, em relação à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, a maioria dos professores referiu ter algum aluno nesta situação em sala de aula, ter consciência da importância do uso da tecnologia, mas não a colocam em prática no dia a dia.

Peixoto conclui que os recursos tecnológicos são uma possibilidade para o ensino, mas, na prática, há problemas e/ou dificuldades para uso de tais recursos, como: não há necessidade diante das atividades propostas ao aluno, escolas sem estrutura e falta de conhecimento de como usar a tecnologia, disponibilização de mais recursos para uso, inserir outros profissionais para nortear e instruir sobre o uso das ferramentas e promover espaços de debate sobre a inclusão e o uso de tecnologias assistivas em sala de aula. Cabe também destacar, que assim como na dissertação de Santos (2017), a formação e capacitação de professores para o uso das tecnologias também é enfatizada por Peixoto, que alerta para a necessidade do posicionamento da comunidade escolar. Na sua abordagem o autor ressalta o papel especialmente dos professores em exigir recursos e treinamentos específicos aos gestores com objetivo de promover o debate sobre o tema de forma que se torne mais palpável à prática do ensino de Língua Portuguesa com recursos tecnológicos.

Já Faria (2019) em sua pesquisa investiga a aplicação pelos professores dos recursos educacionais digitais nas SRM aos alunos com deficiência. No processo educacional, a autora assinalou a falta de um diagnóstico dos alunos atendidos dentro da SRM, a fim de designar as ferramentas que auxiliarão e ampararão o desenvolvimento

das habilidades e competências dentro da educação especial com objetivo de inclusão na classe regular, além de todo um trabalho articulado com outras áreas.

Os recursos tecnológicos demonstram variadas possibilidades para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência nas SRM, favorecendo o aprendizado e, ainda, estimulando a exploração e a solução de problemas, a partir de aspectos como a motivação. A utilização dessas tecnologias acontece como auxiliar da prática, sendo uma atividade de suporte ou fixação dentro do processo metodológico, ou seja, um uso instrumental.

Outro ponto a ser salientado é a formação inicial do profissional que não aborda a temática em profundidade. Em consequência, a formação continuada é uma necessidade para a edificação do conhecimento tanto no campo da educação especial e inclusiva quanto das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. Em relação à mediação e ao uso das tecnologias digitais, Faria aponta dissonâncias, pois, na maioria das vezes, os recursos educacionais digitais não trouxeram alterações significativas na articulação ensino-conteúdo e, em alguns casos, os objetivos de seu uso não condizem com sua função.

Esses fatos levaram a inferir que existe a necessidade de se estabelecer maior relação entre o currículo, os recursos tecnológicos, as demandas e peculiaridades dos alunos e a mediação pedagógica do professor. As maiores dificuldades encontradas pelos professores são de ordem de infraestrutura, mas o que se percebe é um discurso que tenta associar problemas técnico/infraestruturas, para justificar possíveis dificuldades relativas à insuficiência de conhecimento técnico/pedagógico.

No que se refere aos recursos e sua aplicabilidade pedagógica, Faria expõe que há um descompasso entre variados fatores, no contexto das SRM: entre o planejamento e o que se objetiva ensinar, entre os recursos e suas funções, entre o que o professor quer ensinar e o que o aluno precisa aprender, visto que o procedimento não acontece rápido e necessidade de planejamento e tempo. Portanto, necessita de uma metodologia que norteará o processo de ensino e aprendizado em que a tecnologia está inserida, que envolve o conhecimento tecnológico e pedagógico do conteúdo.

Faria aponta que na SRM as tecnologias são uma possibilidade de ensino, porém há uma precariedade na formação do profissional em articular um currículo nos quais tais recursos são utilizados. Todavia, cabe destacar que os professores entendem os ganhos dos recursos como instrumento mediador de aprendizagem, mas não há uma

harmonia nas mediações pedagógicas e/ou adaptações curriculares, de acordo com as necessidades individuais educacionais de cada aluno.

A SRM como um ambiente promotor da inclusão, isso é inquestionável, porém é preciso criar estratégias, como realça Faria (2019) com metas da educação especial e inclusiva, nos quais os problemas não sejam mascarados e possíveis soluções não sejam deixadas “para depois”, como apontam as evidências.

Contudo, diante dos objetivos geral e específico do presente trabalho, as dissertações analisadas ampliaram ainda mais a importância do letramento como passo inicial na compreensão de texto e na escrita no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, tal como descrito por Soares (2020), que ressalta o desenvolvimento das habilidades e a interação dentro de diferentes situações e contextos, algo fundamental dentro da perspectiva inclusiva.

A pesquisa teve por objetivo geral apresentar como as tecnologias podem ser uma possibilidade de ensino-aprendizagem na educação especial inclusiva e também especificadamente listar os recursos utilizados na AEE além de problematizar a aplicabilidade dessas ferramentas no ensino de Língua Portuguesa.

Assim, Santos (2017) apresenta em sua dissertação que os recursos tecnológicos são uma forma mais atraente e facilitadora nas aulas além de auxiliarem na inclusão, visto que o público-alvo da educação especial atualmente frequenta, em sua maioria, as escolas regulares por um período regular de aulas e no período complementar as SRM. O autor em sua pesquisa tem o foco na real aplicabilidade dos recursos e conhecimento por partes dos professores. Objeto de análise que vai de encontro com os pensamentos de Mey (1998), sobre como utilizar as ferramentas no cotidiano para construção do conhecimento e não somente ser letrado digitalmente em ler, escrever e navegar na internet.

Para tanto, os objetivos específico deste presente artigo foram respondidos pela pesquisadora Santos, ao listar com um *check list* os recursos de TA que estão disponíveis e são utilizáveis nas SRM. E ainda com base nos resultados de sua pesquisa, a autora ressalta a falta de formação de qualidade dos professores e profissionais. Portanto, os equipamentos e materiais estão presentes nas salas de recursos, mas há defasagem no aproveitamento das ferramentas. Fato esse diretamente ligado ao receio e dificuldades dos professores em utilizar os recursos como ferramenta educacional, já que não há formação adequada para que desenvolvam as melhores

abordagens para os alunos com deficiência, favorecendo assim seus desenvolvimentos e aprendizados.

Já Peixoto (2018) traz em seu trabalho a inclusão como perspectiva central para a discussão acerca do uso das tecnologias e do papel do professor assim como postula a Dutra (2006), que é necessário reverter velhos conceitos e padrões de aprendizagens.

Todavia, os resultados apresentados corroboram com os achados na literatura atual e com o objetivo específico que é problematizar a aplicabilidade, pois temos explicitamente a relação professores x capacitação específica e continuada x recursos tecnológicos, tal como apresentado por Belloni (2009). Considerando a construção da trajetória do conhecimento com o uso da TA, os professores relatam serem favoráveis ao uso da tecnologia e tem a consciência da importância do seu uso na educação, especialmente na educação especial, todavia não colocam em prática.

E então se observa um dos pontos principais da pesquisa e que se relaciona com os dizeres da Lei nº13. 146, de 6 de julho de 2015, a qual se refere a Lei Brasileira de Inclusão, em que no inciso II e IV especificadamente aborda sobre o projeto pedagógico, as adaptações, planejamento e serviços de acessibilidade. Portanto, os usos dos recursos tecnológicos em sala de aula perpassam por todos esses quesitos para que, em uma atuação conjunta, coloque-se em prática tudo o que é disponibilizado para a inclusão e educação das pessoas com deficiência.

E assim, relacionando com o objetivo geral do artigo nota-se que ainda há um paradigma educacional frente a prática da tecnopedagogia que se relaciona ao uso na prática das TA pelos professores em sala de aula. E Faria (2019) destaca que a maioria continua sendo utilizada como auxiliares no processo educativo, não é nem objeto, nem a substância, nem a sua finalidade, tal como postulado por Kenski (2012), diante das possibilidades e totalidade de aplicação para melhor educação com esses recursos no ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa.

A dissertação de Faria investiga a aplicação dos recursos tecnológicos e traça um perfil dos professores diante da usabilidade dessas ferramentas em sala de aula. Conforme problemática traçada na introdução, a aplicabilidade da TA ainda permeia um campo de muita falta de conhecimento, estudo e distanciamento dentro da educação especial e inclusiva. Portanto, como abordado no referencial teórico, no Brasil há leis que garantem toda a inclusão do aluno com deficiência em escolas regulares e infraestrutura, tal como a AEE, para um complemento, todavia, há uma dissonância na prática com a relação professores e recursos.

Portanto, essa relação investigada leva a entender a necessidade de uma formação continuada dos profissionais para que articulem melhor os recursos disponibilizados, conduzam o ensino dentro de um objetivo específico e dentro de um currículo adequado ao aluno com deficiência atendido na SRM com suas demandas e peculiaridade. Na perspectiva da educação inclusiva, não se pode negar que os recursos tecnológicos agregam dentro do processo de ensino e de aprendizagem. Todavia, as dissertações e a prática mostram como não basta ter o acesso e a ferramenta em sala de aula. A escola e o profissional necessitam de objetivos definidos, um currículo adaptado e criar estratégias para utilizar os recursos assistivos no letramento das pessoas com deficiência a fim de melhorar a aprendizagem, desenvolver a leitura e escrita, deixar conteúdos mais acessíveis, trabalhar o cognitivo, raciocínio e habilidades, desenvolver a criatividade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem trouxeram para todo o ambiente escolar uma reflexão sobre sua necessidade e importância. Assim, as pessoas com deficiência viram mais um recurso tanto dentro do ensino regular, quanto no atendimento educacional especializado.

Durante a pesquisa e levantamento da fundamentação teórica do artigo, autores embasaram a necessidade de usar as ferramentas como facilitadoras da aprendizagem e como forma de aproximar o educando a uma demanda social e global: o uso de computadores, celulares e *tablets*, internet, redes sociais, hardwares e softwares especializados, materiais adaptados e outros.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação se constitui um recurso importante por contribuir para a aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual, pois favorece a construção de infinitas possibilidades de acessibilidade ao conhecimento, avanço na oralidade e escrita, desenvolvimento das habilidades, no raciocínio lógico, comunicação, relacionamento com professores e colegas.

Com as análises das dissertações com pesquisas realizadas nos anos de 2017, 2018 e 2019 as quais se tem como foco a educação especial, a tecnologia assistiva e professores observou-se que há ainda uma desconexão do real e efetivo uso das tecnologias para um avançado recurso de ensino e aprendizado de Língua Portuguesa.

Faria (2019), Peixoto (2018) e Santos (2017) abordam igualmente problemas e dificuldades encontradas durante a pesquisa. Dentre as quais estão principalmente a formação continuada de professores e seu conhecimento sobre tais ferramentas, que precisam de um enfoque maior no âmbito da educação especial e o trabalho com a tecnologia, a fim de que seja ferramenta principal e não como alicerce do tradicional. Assim como a falta de conhecimento, do diagnóstico individual do aluno com deficiência e a infraestrutura escolar.

Sendo assim, em todos os quesitos a educação especial, um dos principais cenários que permeiam é a inclusão, uma meta da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que prevê o direito das pessoas com deficiência estar junto em classes regulares. Ainda é preciso reconhecer e debater todas as dificuldades, preconceitos e desafios enfrentados na construção da escola inclusiva. E o letramento pode ser para os alunos com deficiência uma nova forma de aprender, porém é preciso de estímulo, participação e políticas públicas que ampliem nas escolas regulares e no atendimento especial as ferramentas digitais.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLONI, Maria Luiza. **Mídia-Educação: conceito, histórias e perspectivas**. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 30 de março de 2021

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011 . Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> . Acesso em: 28 de março de 2021.

BRASIL, **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 01 de abril de 2021

BRASIL, **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso de 22 de abril de 2021

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

BRASIL, **Portaria nº 13**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2012-pdf/9935-portaria-13-24-abril-2007> . Acesso em 03 de abril de 2021

BOCCATO, Vera Regina Casari. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Revista de Odontologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265- 274, 2006.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. (orgs). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DUTRA, Claudia Pereira. Editorial. In: **Inclusão Revista da Educação Especial**. Ano 2, n. 3, dez./2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2021

FARIA, Arlete Vilela. **Educação Especial Inclusiva: Uso de Recursos Educacionais nas Salas Multifuncionais**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Lavras, 2019.

HISSA, Débora Liberato Arruda; SILVA, Ametista de Pinho Nogueira; VALENTIM, Dawton Lima. **Letramento digital na base nacional comum curricular do Ensino médio:** uma análise do componente de Língua Portuguesa da área de linguagens e suas tecnologias. RevLet – Revista Virtual de Letras, v. 11, nº 02, ago/dez, 2019. Disponível em < <http://www.revlet.com.br/artigos/523.pdf>>. Acesso em 01 de abril de 2021.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012a. 141 p.

Ministério da Educação (MEC). 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2021.

MEY, Jacob. **As vozes da sociedade:** letramento, consciência e poder. Tradução de Maria da Glória de Moraes. Tradução de: The voices of society literacy, conscientiousness and Power. In.: DELTA, vol.14, nº 2, p.331 – 338. 1998

MACEDO, Celina Ramos Arruda. **Uma reflexão sobre os conceitos:** letramento, alfabetização e escolarização. Disponível em < http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/Textos_Em_Psicolin/Artigos/Uma%20reflex%C3%A3o%20sobre%20os%20conceitos%20Letramento,%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20..pdf> . Acesso em 19 set. 2020

PEIXOTO, Régis Nepomuceno. **O uso de tecnologias assistivas no processo de inclusão escolar:** os professores e a escola. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/194232/PTIC0045-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 03 de março de 2021.

REIFF, Fernanda de Abreu, RIBEIRO, Patrícia Nora de Souza. **Multiletramentos na formação de professores em pré-serviço:** um estudo de caso. In: Tecnologias digitais e formação docentes. Almeida, Patrícia Vasconcelos. Paula Vieira, Mauricéia Silva de. Amorim, Márcia Amorim de (Orgs.). Campinas,SP.: Pontes Editores. 2020.

RIBEIRO, Ana Elisa. Tecnologia digital. Belo Horizonte: CEALE, 2018. Disponível em: <<http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/tecnologia-digital>>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

SANTOS, Isabela Bagliotti. **Formação de professores atuantes em salas de recursos: identificação e uso de tecnologia assistiva.** Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5564660. Acesso em 02 de março de 2021.

SCLIAR-CABRAL, L. **Princípios do uso do sistema alfabético na língua portuguesa do Brasil**, 1998.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003, 128 p.

SOARES, Magda. **Letramento.** Glossário do Ceale. Disponível em <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/letramento>>. Acesso em 20. set de 2020

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994. 17 p.

VIANA, Flávia Roldan; GOMES, Adriana Leite Limaverde. **A produção escrita de pessoas com deficiência intelectual na interação com as tecnologias digitais da informação e comunicação.** Revista Educação Especial, 297-312.
doi:<https://doi.org/10.5902/1984686X2193>. 2017

ANEXO A - Utilização dos recursos de Tecnologia Assistiva e dificuldades durante o uso

Participante	Uso de Tecnologia Assistiva e dificuldades para utilizar.
P1	Eu utilizo mais a ferramenta da internet aqui da minha sala, é o que eu mais uso, porque é o mesmo espaço, as crianças com deficiência intelectual tem dificuldade de utilizar outros espaços, então o que eu mais uso é aqui a sala mesmo. Mas eu tenho total liberdade para usar os outros espaços.
P2	Eu uso sim. Teve alguns novos que chegaram que eu ainda não trabalhei, por exemplo, 'banco imobiliário' eu já brinquei muito quando mais novo, mas esses de hoje tem novas tecnologias, como o cartão de crédito que eu ainda não sei brincar, mas eu me viro bem.
P3	Não utilizo.
P4	Não. Mas eu acho que poderia haver mais cursos práticos de como utilizar esses recursos, poderia ser mais fácil o acesso também. Mas de uma maneira geral acredito que não tenho tanta dificuldade.
P5	Eu utilizo sim e não tenho dificuldade, eu acredito que é tranquilo de trabalhar e também um facilitador para o meu serviço. É um diferencial da sala regular.
P6	Não tenho dificuldade, são muito bons por sinal. Nós temos um aluno falando nisso que não frequenta o AEE, mas está

	<p>na sala regular, ele tem deficiência visual e ele usa os aparelhos de aumentar, mas só que ele faz com a cuidadora na sala. Isso auxilia muito ele, então é tudo muito bem vindo.</p>
P7	<p>Eu não uso, mas se eu tivesse que usar eu pegaria meus materiais antigos, eu iria pesquisar e eu vou ler para lembrar o que foi que eu aprendi. Então, eu acredito que eu não teria dificuldades, porque é só eu entrar nos aplicativos e estudar.</p>
P8	<p>Quando é possível e quando for necessário sim. Em alguns momentos e quando for necessário com alguns alunos especificamente, por exemplo, quando faço alguma atividade de abstração ou quando tem algum conceito que o aluno não compreenda eu utilizo. A gente pede a apoio da coordenação pedagógica para montar algum slide ou algo que seja mais complexo, porque a sala do coordenador às vezes tem mais recursos do que no nosso computador.</p>
P9	<p>Sim, as coisas que estão aqui na sala eu uso. Tem bastante jogo que eu uso, eu uso bastante o computador com eles. Não (não tenho dificuldades), porque na verdade eu não tenho internet aqui, então, eu uso as coisas mais básicas aqui.</p>
P10	<p>Olha a televisão e o DVD eu não utilizo muito. O computador eu utilizo sempre, mas, eu não sinto dificuldades porque é algo que uso no dia a dia. É o que eu</p>

	<p>mais gosto de trabalhar, então, eu fuço bastante, procuro bastante coisa, como sites, atividades, eu gosto de passar bastante atividade para eles com visual. Então, para mim ele é mais fácil, eu não vejo dificuldades.</p>
P11	<p>Não soube responder.</p>
P12	<p>Eu utilizo “Coelho Sabido”, tem um CD que utilizo bastante que é o Mickey, tem alguns mais antigos, mas eles não rodam no computador. Tem alguns exercícios na internet que eu faço com meus alunos. Eu gosto bastante de trabalhar com o papel com eles por eles serem mais independentes também, eles são adolescentes. Quando quebra, se o computador quebrar é uma vida para eles virem arrumar, a parte de manutenção é mais complicada.</p>

Fonte: SANTOS, Isabela Bagliotti (2021, pg 46-47)

ANEXO B - Exemplos de atividade desenvolvida nas Salas de Recursos

Multifuncionais

Participantes	Exemplo de Atividade	Sucesso com o uso de Tecnologia Assistiva
P1	Eu tinha uma aluna que só sabia escrever algumas palavras e ela escrevia essas palavras no <i>facebook</i> , ela colocava nas fotos, fazia comentários, ela só escrevia “linda, lindo e legal”, era isso que ela fazia. Com o recurso aqui da sala, nós abrimos o <i>facebook</i> dela e nós aumentamos essas palavras e começamos a criar frases, então ela passou a ter diálogos melhores e a entender o ela realmente estava escrevendo.	Sim
P2	Para leitura, você pega o alfabeto móvel, você monta sílabas, dependendo as dificuldades deles eu posso juntar palavras, posso montar frases, fazer reconto.	Sim
P3	Não utiliza	
P4	As crianças que não conseguem escrever por falta de coordenação motora, que não conseguem fazer as letrinhas com a caneta, eu utilizam o computador. Quando elas digitam através do teclado é mais fácil, elas conseguem montar silabas e através escrever frases.	Sim
P5	Tem muitas atividades com raciocínio lógico, memória, percepção visual e auditiva dos alunos. Por exemplo, com essa maquete eu trabalho	Sim

	fração, eu mesmo que confeccionei. Eu uso com eles com fração e com sílabas, é só eu trocar as fichas.	
P6	Principalmente na avaliação inicial que eu tenho que fazer a percepção tátil deles eu uso o dominó. Ele é perfeito para isso para eu fazer, eu vendo os olhos deles e uso o dominó tátil, ai é perfeito para eles.	Sim
P7	Não utiliza recursos de Tecnologia Assistiva	
P8	Eu trabalho bastante com CDS de uma coleção que chama “Fono na Escola” que tem objetivo de trabalhar a linguagem dos alunos, para que eles desenvolvam a linguagem e também a escrita das palavras evitando a troca de letras. Eles são bem interessantes porque eles trabalham várias áreas.	Sim
P9	O que gosto de trabalhar muito com eles são os jogos de raciocínio lógico, pela maior dificuldade deles ser intelectual, a compreensão dos acontecimentos, o raciocínio lógico mesmo, então uso vários jogos para desenvolver isso neles. Para os fazer pensar, tentar entender, resolver problemas concretos.	Sim
P10	Eu costumo, normalmente, aplicar jogos de raciocínio lógico, é um jogo que o aluno tem que encaixar as caixas em determinados pontos e conforme ia mudando as	Sim

	fases a dificuldade ia aumentando, então o aluno tinha que perceber o espaço que ele tinha, como ele ia atingir o objetivo, quanto tempo mais ou menos ele ia demorar em encaixar cada caixa.	
P11	Não utiliza recursos de Tecnologia Assistiva	
P12	Quando eles estão começando a reconhecer o alfabeto eu trabalho a parte sensório-motora, eu trabalho com peças de alfabeto, trabalho o alfabeto com barbante, depois trabalho um pouco no caderno para treinar a letra. Depois eu vou para o computador com eles, a gente trabalha joguinhos de alfabetização, pode formar sílabas, trabalhar acentuação, tem várias coisas. Como o público aqui da escola é muito carente não tem como eu trabalhar muito com tecnologia e o aluno não ter isso em casa, eu trabalho com tecnologia também, mas, eu sempre trabalho com o caderno.	Sim

Fonte: SANTOS, Isabela Bagliotti (2021, pg 50-51)